



Europa

A imigração na defesa

A Espanha necessita de 2 000 imigrantes por ano para eliminar o défice das suas Forças Armadas, actualmente com 76 000 efectivos profissionais. A solução poderá passar pela abertura das Forças Armadas a cidadãos de países hispano-americanos, desde que possuam autorização de residência. Segundo o anteprojecto de lei, a presença de imigrantes

estaria limitada a algumas unidades, com um limite máximo de 30% no Exército e 10% na Marinha. Estas imposições visam contrariar a retração de possíveis candidatos nacionais. A limitação de acesso a postos superiores a soldado ou marinheiro seria compensada pela obtenção da nacionalidade espanhola no final dos três anos de tropa profissional.

Procurando ultrapassar o fracasso do processo de profissionalização

do Exército, o projecto do Ministério da Defesa obtém desta forma a solução para a falta de efectivos e, simultaneamente, apresenta as Forças Armadas como uma instituição precursora da integração social e profissional dos imigrantes.

A proposta do Governo espanhol é reveladora de uma nova atitude europeia em relação à imigração, a que não é alheia a baixa taxa de natalidade no Velho Continente. ■

Américas



México: aprovada a lei dos direitos indígenas

A Lei dos Direitos Indígenas, aprovada pelo Congresso Mexicano com a oposição do partido de esquerda Partido da Revolução Democrática, não correspondeu às expectativas das comunidades indígenas, enfraquecendo os esforços do Presidente Vicente Fox no sentido de reiniciar as negociações de paz em Chiapas.

A nova Lei introduz algumas alterações à proposta de lei originalmente elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação (COCOPA), em 1996, renegando para segundo plano alguns pontos que as comunidades indígenas consideram fundamentais para os seus interesses: autonomia e livre determinação dos povos indígenas como sujeitos de direito

público, terras e territórios, recursos naturais, direito de eleger as autoridades municipais, direito de associação, etc. Neste contexto, era de se prever que os líderes zapatistas considerassem a Lei dos Direitos Indígenas como traidora dos Acordos de San Andrés, celebrados pelo Governo de Ernesto Zedillo (1994-2000) e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

A maioria parlamentar defende, no entanto, que as alterações aprovadas permitem evitar, no âmbito das novas autonomias, conflitos de natureza jurídica entre as autoridades federais e indígenas.

Apesar de o Governo Federal considerar que a reforma aprovada pelo Congresso proporciona importantes avanços no processo de paz, é pouco provável que as negociações, suspensas em 1996, sejam, no curto prazo, retomadas. ■

Ásia



Bush provoca o dragão

Para o Presidente norte-americano George W. Bush, há escassos meses no poder, as relações com a Ásia têm sido desastrosas. Não bastando o confronto diplomático com as

Paquistão, e acrescentou “mas ainda estamos muito a tempo”.

No dia 1 de Abril, o avião de reconhecimento EP3 americano (na foto) colidiu com um jacto chinês, levando a uma aterragem forçada na ilha de Hainan. Durante 11 dias a tripula-

milhões de dólares, com equipamento altamente sofisticado.

As conversações entre Pequim e Washington sobre o incidente só terminaram no dia 19 de Abril, não havendo consenso sobre a quem atribuir a responsabilidade da colisão. A Chi-

na terá agora de analisar as circunstâncias para determinar quando irá devolver o avião EP3 ao governo americano.

Para complicar o cenário, e aumentando consideravelmente a tensão, os EUA decidiram aprovar a venda de armamento altamente sofisticado a Taiwan, um território que os chineses consideram uma província dissidente. O armamento permitirá a Taiwan defender-se de eventuais ataques de mísseis chineses e contornar os embargos. Pequim,

que já afirmou mais do que uma vez que Taiwan é uma parte da República Popular da China e reiterou a sua intenção de tentar recuperar o poder sobre a ilha, encara a venda de armamento como um apoio implícito dos americanos a Taiwan. Bush antagoniza assim mais uma vez o líder chinês, dificultando o já moroso processo do caso do “avião espião americano”. ■



Coreias e o afundamento do navio de pesca japonês, os EUA vêem-se agora a braços com um conflito diplomático com a China, que começou com uma colisão aérea, vitimando o piloto chinês. Um dos assessores de George Bush para a política externa afirmou mesmo que, para o quadro estar completo, só faltou uma confrontação nuclear entre a Índia e o

gão americana esteve detida pelas autoridades chinesas, aumentando a pressão nas já tensas relações entre os dois países. Com a libertação da tripulação, os EUA viram-se confrontados com dois graves problemas: o facto de não terem destruído toda a informação classificada que se encontrava no avião, e o facto da China ainda não lhes ter devolvido o aparelho no valor de 80

Europa

Rosário Sá

Américas

Joana Dâmaso

Ásia

Cláudia Pedra